

UM OUTRO PAÍS

*Luís Roberto Barroso*¹

Tudo passa, ensinam as principais tradições filosóficas e religiosas do mundo, de Heráclito ao Livro de Jó. Assim será, também, com a crise devastadora que nos aflige. Contrariando um pouco o senso comum, penso que o país vive um momento venturoso de mudança de patamar civilizatório. Há no ar um misto de indignação cívica, interesse de segmentos diversos na superação de práticas condenáveis e idealismo para a construção de um país melhor. Indignação, interesses legítimos e idealismo são o combustível das grandes transformações históricas.

O legado da democracia. Fará bem ao espírito, nesse momento de desencanto generalizado, lembrar que em trinta anos de democracia e de poder civil obtivemos inúmeras conquistas de valor inestimável. Entre elas se incluem a *estabilidade institucional*, a *estabilidade monetária* e a *inclusão social*. Em uma geração, derrotamos o espectro da ditadura, domesticamos a inflação e retiramos milhões de pessoas da linha da miséria extrema. A história aqui andou na direção certa, ainda quando não na velocidade desejada. A seguir, algumas reflexões sobre o momento atual e sua superação, seja qual for o governo.

A corrupção recompensa os piores. As pessoas na vida tomam decisões levando em conta incentivos e riscos. O baixíssimo risco de punição – na verdade, a certeza da impunidade – funcionava no Brasil como um incentivo imenso à conduta de agentes públicos e privados. A superação deste quadro tem exigido mudanças na sociedade e nas instituições. A sociedade deixou de aceitar passivamente o inaceitável. E instituições como o Supremo Tribunal Federal promoveram condenações como as do *Mensalão* e passaram a permitir a execução de penas após o julgamento em 2º grau, fechando a porta por onde escapavam corruptos em geral. O enfrentamento da corrupção produzirá uma transformação importante no Brasil: a valorização dos bons em lugar dos espertos.

Reforma política: se nada mudar, todos perdem. A reforma política de que o Brasil precisa deverá ser capaz de atender três objetivos: baratear o custo das eleições,

¹ Professor titular de direito constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

incrementar a legitimidade democrática e reduzir drasticamente o número de partidos, facilitando a governabilidade. No modelo atual de voto proporcional em lista aberta para a Câmara dos Deputados, menos de 10% dos candidatos são eleitos com votação própria. Dessa forma, o eleitor não sabe quem elegeu e o parlamentar não sabe por quem foi eleito. Um não tem de quem cobrar e o outro não tem a quem prestar contas. De outra parte, o sistema facilita a criação de partidos políticos que vivem da apropriação privada do fundo partidário e de vender tempo de televisão, sem nenhuma autenticidade programática. Há consenso praticamente formado na sociedade sobre a eliminação de coligações em eleições proporcionais e a introdução da cláusula de barreira. E já há bastante apoio a uma alternativa de sistema eleitoral que funciona como um caminho do meio: a do sistema distrital misto. Não dá para fazer tudo sempre igual e esperar resultados diferentes.

Estado e sociedade: discutindo a relação. O Estado no Brasil, além de ineficiente, ficou grande demais e a sociedade já não consegue sustentá-lo. Aproximadamente 4% do PIB é gasto com a folha do funcionalismo. A redução do setor público é inevitável. Ao lado disso, temos um capitalismo que tem aversão ao risco e à concorrência: vive de financiamento público, reserva de mercado, desonerações mal justificadas e cartelização. Isso não é capitalismo, mas socialismo para ricos. Em matéria de economia, o mercado regulado adequadamente é melhor do que a política, que não se consegue regular. Precisamos valorizar a iniciativa privada e incentivar o reflorescimento da sociedade civil, com empreendedorismo social, filantropia e atuação comunitária, que podem incluir a criação de bibliotecas de bairro, a difusão do acesso à internet, a manutenção de uma praça ou o apoio à escola local.

Educação: estamos no final da fila. Em matéria de educação, a despeito dos progressos dos últimos anos, ainda estamos defasados mesmo em termos de América Latina. No tocante ao *ensino fundamental*, alcançada a universalização, é preciso investir em qualidade efetiva. No *ensino médio*, a universalização deve ser elevada a prioridade máxima, por sua capacidade de melhorar a vida das pessoas e a qualidade das escolhas que devem fazer. E temos que pensar um modelo alternativo de ensino superior. O que temos é caro e não dá retorno proporcional à sociedade. Precisamos de instituições que sejam públicas nos seus propósitos, mas privadas no seu modelo de financiamento, com dotações filantrópicas, geridas profissionalmente e capazes de se multiplicarem. Os professores seriam recrutados em todo o mundo, com aulas em português, inglês e espanhol, e bolsas de estudo para os bons alunos que não possam pagar. Não é preciso gastar energia confrontando-se com o modelo existente. Basta criar um melhor e mais atraente que a mudança ocorrerá pela força da gravidade.

Livres e iguais: “Sabe com quem está falando?”. Somos herdeiros de uma sociedade escravocrata, acostumada a distinguir entre senhores e servos, brancos e negros, ricos e pobres. Fomos criados numa cultura em que a origem social está acima do mérito ou da virtude, e na qual existem superiores e inferiores. Uma democracia verdadeira deve criar uma sociedade de pessoas livres e iguais, com acesso a oportunidades semelhantes no ponto de partida. Nessa linha, oferecer programas sociais para os verdadeiramente pobres é dever do Estado, assim como proteger mulheres contra a violência, negros contra o racismo e homossexuais e transgêneros contra a discriminação. Ah, sim: e reduzir drasticamente o foro privilegiado também ajudará a criar uma cultura republicana e igualitária.

Ética privada: o que eu digo e o que eu faço. Em uma reunião social, ouvi um interlocutor queixar-se contra as mazelas do país, sobretudo a corrupção. Em seguida, narrou que a empregada que contratara não queria assinar a carteira, de modo a não perder o valor que recebia como bolsa-família. Naturalmente, isto é errado. Pouco à frente, contou que a filha vivia conjugalmente com um companheiro, tinha filhos e uma linda família. Mas que não se casara para não perder a pensão que lhe deixara o avô, e que só beneficia mulheres solteiras. A percepção da primeira atitude como condenável e da segunda como aceitável é sintomática de uma sociedade que pratica uma moral dupla: quando eu faço é legítimo, quando os outros fazem é errado. Evidentemente, a conduta estava errada nos dois casos. Para darmos o salto civilizatório de que precisamos, é preciso que cada um comece a mudança por si próprio. A ética pública, de que tanto nos queixamos, é em grande medida espelho da ética privada.

Brasil: um sucesso a celebrar. Terminei como comecei: lembrando o longo caminho que percorremos. O Brasil só começou verdadeiramente em 1808, com a vinda da família real. Antes disso, os portos eram fechados, era proibido abrir estradas e não podia haver manufaturas na colônia. Não havia escolas nem moeda, 98% da população era analfabeta e um terço era de escravos. Além disso, éramos herdeiros de uma tradição lusitana que foi a do último país da Europa a acabar com a Inquisição, o tráfico negreiro e o absolutismo. Apesar de tudo, em pouco mais de 200 anos, tornamo-nos uma das dez maiores economias do mundo, somos uma das maiores democracias de massas do planeta e retiramos 30 milhões de pessoas da pobreza extrema. O Brasil foi um dos grandes sucessos do século XX, talvez o maior de todos.

Com atraso, mas não tarde demais, temos uma chance de chegar ao futuro, de nos reinventarmos como país, dentro da legalidade democrática, sem mortos nem perseguidos. E oferecer ao mundo um exemplo de civilização, com justiça material, liberdades públicas, diversidade racial, pluralismo cultural e alegria de viver.